



**INSTITUTO DE FILOSOFIA  
(IFILO)**

**A NOÇÃO DE ESTADO AMPLIADO EM GRAMSCI: UM ESTUDO SOBRE A  
FORMAÇÃO DO ESTADO E A RELAÇÃO COM A OPINIÃO PÚBLICA**

**BRUNO HUMBERTO LEMES DE RESENDE**

UBERLÂNDIA

2019

BRUNO HUMBERTO LEMES DE RESENDE

**A NOÇÃO DE ESTADO AMPLIADO EM GRAMSCI: UM ESTUDO  
SOBRE A FORMAÇÃO DO ESTADO E A RELAÇÃO COM A OPINIÃO  
PÚBLICA**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Instituto de Filosofia  
da Universidade Federal de  
Uberlândia, como requisito parcial  
para obtenção do título de Bacharel  
e Licenciatura em Filosofia.

Orientador: Dr. Gianni Fresu

UBERLÂNDIA

2019

**BRUNO HUMBERTO LEMES DE RESENDE**

**A NOÇÃO DE ESTADO AMPLIADO EM GRAMSCI: UM ESTUDO SOBRE A  
FORMAÇÃO DO ESTADO E A RELAÇÃO COM A OPINIÃO PÚBLICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel e Licenciatura em Filosofia pelo Instituto de Filosofia da Universidade Federal de Uberlândia, sob orientação do Prof. Dr. Gianni Fresu.

Uberlândia, 04 de Dezembro de 2019.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Gianni Fresu - Orientador

---

Profa. Dra. Ana Maria Said - Arguidora

## **DEDICATÓRIA**

Dedico o presente trabalho ao meu avô Lázaro, como simples e diminuto agradecimento pelos momentos únicos compartilhados e conhecimentos apreendidos ao teu lado. Naquela mesa está faltando ele.

## **AGRADECIMENTOS**

Meus sinceros agradecimentos ao Instituto de Filosofia da Universidade Federal de Uberlândia, aos técnicos e a todo corpo docente. Em especial, ao Professor Gianni Fresu e à Professora Ana Maria Said, pelas incontáveis contribuições durante estes cinco anos de graduação.

Agradeço também aos meus pais, Vânia e José Humberto, por sempre acreditarem e apoiarem meus sonhos e escolhas.

A todos os amigos e colegas que pude interagir e compartilhar momentos nesse anos de formação. Em especial aos meus amigos e eternos amados, e a eles saúdo com um “chaama”, responsáveis pelos momentos mais felizes dos últimos anos: Alex Ramos, Amanda Lúcia, Ana Maria Freire, André Lindquist, Bárbara Raffaelle, Brenda Rodrigues, Cleiton Custódio, Cleó Ferreira, Daniel Araújo, Danilo Resende, Débora Borba, Emílio Sene, Fernando Galine, Gabriel Galbiatti, Gustavo Maciel, Isa Filgs, João Victor Banzi, Jamalsk, João Pedro Biuri, Kainã Bragiola, Keila Campanelli, Laís Franco, Laís Rios, Lucas Eduardo, Mateus Neves, Michel Maywald, Pâmela Teles, Rafael Miranda, Ronaldo Júnior, Thales Barros, Thales Clementino, Tiago Oliveira, Toninho 7 cordas, Vaine e Victor Caixeta. Muito obrigado!!!

“Ganhei um brilho de amor sem fim, vivo entre vivos

Cresci entre as feras num ninho de gente que tenta dormir

Quem dera ela, libertas tem, libertas também

Em todas as bandeiras a paz pulsa a guerra integra

E o galo que canta coé

Tem fita branca, tem gente tem, tem bolo também

Em cima queima a vela que vela por todos que não nascem mais

Quem dera ela, libertas tem, libertas meu bem, libertas meu bem

De toda essa lama insana e essa gente que pensa que grana é mais”

(Matheus B. Neves)

# **A noção de Estado Ampliado em Gramsci: um estudo sobre a formação do Estado e a relação com a opinião pública**

BRUNO HUMBERTO LEMES DE RESENDE<sup>1</sup>

GIANNI FRESU<sup>2</sup>

Resumo:

O presente artigo aborda a formação da opinião pública segundo uma análise das reflexões realizadas por Antônio Gramsci sobre o conceito de “Estado Ampliado”. A importância da presente pesquisa mostra-se indispensável para compreender com mais propriedade as contradições presentes no atual momento histórico, além de proporcionar uma discussão acerca de como a opinião pública pode ser moldada e determinada para atender os interesses da classe que luta pela hegemonia. O objetivo principal é, portanto, compreender a partir das reflexões do filósofo sardo como a opinião pública é formada no seio da sociedade civil e qual o papel dela na articulação e reprodução das relações de poder. A metodologia adotada é de pesquisas bibliográficas da obra filósofo sardo Antônio Gramsci, tanto dos artigos publicados antes e depois do cárcere, bem como as publicações dos estudiosos de Gramsci, Hegel e Marx. As formulações do intelectual sardo proporcionaram uma compreensão mais orgânica acerca da formação da “opinião da pública” sedimentada na nova interpretação do conceito de “sociedade civil” como plano pertencente à superestrutura do Estado.

Palavras Chave: Estado; opinião pública; relações de poder; Gramsci.

Abstract:

This article deals with the formation of public opinion according to an analysis of the reflexes performed by Antonio Gramsci on the concept of “Extended State”. The importance of the present research shows that it is indispensable to better understand as contradictions present at the present time, besides providing a discussion about how the public opinion can be molded and determined to satisfy the interests of the class that fight for hegemony. The main objective is, therefore, understand from the Sardinian philosopher's reflections as public opinion is formed in civil society and what is its role in the articulation and reproduction of power relations. The methodology adopted is bibliographic research of the work produced by Antonio Gramsci, so much articles published before when after imprisonment publication, as well as publications of scholars of Gramsci, Hegel and Marx. The Sardinian intellectual formulations provided a more organic understanding of the formation of "public opinion" based on a new interpretation of the concept of "civil society" as a plan pertinent to the superstructure of the state.

Keywords: State; public opinion; power relations; Gramsci.

---

<sup>1</sup> Bacharel e Licenciado em Filosofia pela Universidade Federal de Uberlândia

<sup>2</sup> Professor orientador

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

EUA – Estados Unidos da América

IC – Internacional Comunista

PCI – Partido Comunista Italiano

PSI – Partido Socialista Italiano

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>1 O Estado Ético De Hegel e a Crítica à Filosofia do Direito .....</b>	<b>14</b>
1.1 O Estado em Hegel e a noção de efetividade da ideia ética .....	14
1.2 O Materialismo Histórico de Marx e a crítica à filosofia hegeliana.....	16
<b>2 Da Formação Intelectual de Gramsci .....</b>	<b>19</b>
2.1 Primeiros escritos e a fase da militância.....	19
2.2 Da assimilação do pensamento de Lênin .....	22
<b>3 A Noção de “Estado Ampliado” e a Relação com a “Opinião Pública” .....</b>	<b>28</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>35</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>38</b>

## INTRODUÇÃO

A presente realidade contemporânea enseja as mais variadas discussões tanto sobre questões político-econômicas quanto em relação a elementos culturais e sociais. Os avanços tecnológicos ocorridos a partir do início do século XX, e mais especificamente aqueles posteriores à invenção da rede mundial de computadores (*Internet*) que impulsionaram o aperfeiçoamento dos meios de comunicação, provocaram uma verdadeira “indústria de opiniões”. Os lugares de fala modificaram-se, adequando-se às novas demandas surgidas. As disposições particulares e subjetivas ganharam mais espaço de exposição com a expansão massiva das redes sociais, e os ambientes em que ocorrem tornaram-se cada vez mais confusos e problemáticos. As mais variadas temáticas são comumente discutidas superficialmente, ou meramente comentadas sem praticamente nenhum aprofundamento concreto, e tampouco utilizando-se de um método como base para a articulação dos elementos sob discussão.

O Filósofo italiano Antônio Gramsci, considerado um dos maiores críticos da política do século XX, retoma conceitos e elementos filosóficos anteriormente desenvolvidos em Hegel e Marx, e realiza uma renovação/superação em relação a alguns elementos da teoria política daqueles. Esse movimento de superação, considerado por alguns comentadores como uma verdadeira superação dialética, deu-se em razão das novas determinações que constituíam a sociedade naquele momento histórico vivenciado por Gramsci, intimamente condicionadas pela expansão imperial própria daquele período e pelas contradições econômico-sociais presentes na sociedade. Gramsci apresenta como uma das questões inovadoras na teoria política, o conceito de “estado ampliado”, a partir da assimilação de elementos filosófico-

políticos de Lênin, estes, por sua vez, estruturados segundo uma interpretação autêntica do método materialista histórico.

O trabalho realizado por Gramsci, como crítico da filosofia política, deixou como herança muitas categorias capazes de analisar as sociedades contemporâneas de uma forma condizente com sua realidade concreta e a partir da noção do desenvolvimento histórico que determinou os fenômenos existentes. A distinção que Gramsci estabelece entre “sociedade civil” e “sociedade política, ambas consideradas como esferas constitutivas e indissociáveis do Estado, serve como importante reflexão crítica da realidade estabelecida e das determinações que constituem essa realidade. A interpretação intelectual sobre a sociedade civil, considerada até então como plano da “estrutura” do Estado, toma uma nova face no pensamento gramsciano, uma vez que Gramsci a coloca como esfera da “superestrutura”, ao lado do Estado em sentido estrito. O Estado é, assim, “sociedade civil” + “sociedade política”. A presente contribuição serve como fio condutor para analisar como os elementos culturais, as opiniões, as práticas religiosas, e as ideologias são formadas e de que modo atuam no contexto social.

Isto posto, o presente trabalho propõe-se a realizar um estudo a partir das categorias políticas elaboradas pelo intelectual italiano Antônio Gramsci, mais especificamente àquelas relacionadas aos conceitos de sociedade civil e sociedade política enquanto planos que compõem a superestrutura que formam o Estado, e a relação dessas categorias com a formação da “opinião pública” nas sociedades modernas e desenvolvidas.

O objetivo principal é, portanto, compreender, a partir das reflexões do filósofo sardo como a opinião pública é formada no seio da sociedade civil e qual o papel dela na articulação e reprodução das relações de poder. Do objetivo principal desdobram

quatro objetivos específicos, sendo eles: o conhecimento e assimilação das reflexões hegelianas sobre a formação do estado; a apreensão da crítica de Marx direcionada à filosofia do direito de Hegel; compreender o processo de formação intelectual de Gramsci, e, por fim, compreender também a recepção das influências de Lênin na filosofia do intelectual sardo.

O primeiro capítulo abordará as reflexões de Hegel sobre o Estado, a sociedade civil e a opinião, de modo a apresentar os principais elementos da filosofia hegeliana que foram posteriormente retomados nas formulações de Marx e Gramsci. A segunda parte do primeiro capítulo analisará a crítica de Marx à filosofia do direito de Hegel, analisando a inversão que Marx realiza e a importância do plano material no processo de desenvolvimento histórico. O segundo capítulo ocupará da formação intelectual de Gramsci, de modo a expor principalmente o período desde o ano de 1910 até a prisão do filósofo sardo em 1926, bem como apresentar as principais contribuições do pensamento de Lênin para a formação de Gramsci. O terceiro e último capítulo tratará da análise do conceito de “Estado Ampliado” elaborado por Gramsci e sua relação com a formação da opinião pública, destacando os dois planos do Estado em sentido amplo e a forma com quem expressam-se na realidade material, quer sejam, como consenso e coerção.

O desenvolvimento do presente trabalho realizar-se-á mediante pesquisas bibliográficas baseadas na obra do filósofo sardo Antônio Gramsci, tanto dos artigos publicados antes e depois do cárcere, na biografia publicada por Giuseppe Fiori, nos artigos e livros dos estudiosos de Gramsci, como por exemplo, Gianni Fresu, Carlos Nelson Coutinho e Marcos Del Roio. Além da pesquisa bibliográfica sobre as reflexões de Hegel e Marx, como primeiros passos na caminhada de apreensão dos conceitos gramscianos.

A importância da presente pesquisa mostra-se indispensável na atual conjuntura política tanto em âmbito nacional quanto em internacional, haja vista que os contemporâneos do presente momento histórico presenciaram recentemente como a opinião pública foi moldada e direcionada, principalmente pelos mais dinâmicos e desenvolvidos meios de comunicação de massas, segundo interesses de um determinado grupo social para refletir e determinar a representação política que mais atende às demandas da ideologia desse grupo. Refiro-me às eleições presidenciais ocorridas nos EUA e no Brasil no último momento eleitoral, estruturadas fundamentalmente nos novos mecanismos de comunicação de massa, estes, por seu turno, caracterizados pela informação rápida e superficial, que ensejam interpretações e assimilações equivocadas, levando a uma disseminação de notícias que na maioria das vezes são inverdades, moldando a opinião e direcionando-a para alcançar na estrutura de coerção a manutenção dos interesses do grupo hegemônico.

## 1 O Estado Ético em Hegel e a Crítica à Filosofia do Direito

Considerando a forte influência das reflexões sobre o Estado formuladas por Hegel e de Marx nas elaborações teóricas de Gramsci, faz-se necessário abordar alguns elementos da filosofia hegeliana que foram assimiladas pelo filósofo sardo, bem como aquelas articuladas sobre a “filosofia da práxis” e suas contribuições para a interpretação da realidade.

### 1.1 O Estado em Hegel e a noção de efetividade da ideia ética

Na perspectiva hegeliana, o Estado é visto como uma entidade racional historicamente determinada. Essa noção hegeliana do Estado, e toda sua filosofia, tem por fundamento a ideia, esta, por seu turno, considerada como força motriz da história humana, como agente transformador que atua na realidade e a transforma. Partindo dessa perspectiva idealista, Hegel vai afirmar que o Estado não possui como origem uma relação contratual, mas sim é decorrente de uma síntese entre subjetividade e objetividade, quer seja, é uma unidade da vontade universal associada à vontade subjetiva. Para ele:

Estado é a efetividade da ideia ética, - o espírito ético enquanto vontade substancial *manifesta*, nítida a si mesma, que se pensa e se sabe e realiza o que sabe e na medida em que sabe. No *costume*, ele [o Estado] tem sua existência imediata e, na *autoconsciência* do singular, no saber e na atividade do mesmo, a sua existência mediada, assim como essa, mediante a disposição de espírito nele [no Estado], como sua essência, seu fim e seu produto de sua atividade, tem sua *liberdade substancial*. (HEGEL, 2010, p. 229)

A noção de “efetividade da ideia ética” pode ser entendida como a passagem de uma vontade estritamente particular (própria do indivíduo isolado/abstrato) para uma vontade universal, quer seja, a superação de interesses particulares em prol de interesses universais. O Estado apresenta-se, portanto, como vontade substancial

universal, como moralidade objetiva decorrente da unidade do querer universal e do querer subjetivo.

Nessa linha, o Estado como harmonia entre particular e universal, é a expressão máxima da liberdade. Importante frisar neste momento que a liberdade para Hegel só existe após a constituição do Estado, de modo que nega a liberdade como direito natural inalienável e irrenunciável. A liberdade, segundo Hegel, é fruto de um longo processo histórico que emerge como direito natural não fundado em uma “primeira natureza”, mas sim em uma “segunda natureza”, o Estado.

A ideia efetiva, o espírito que se cinde a si mesmo nas duas esferas ideais de seu conceito, a família e a sociedade civil-burguesa, enquanto sua finitude, a fim de ser, a partir de sua idealidade, espírito efetivo infinito para si, com isso reparte nessas esferas o material dessa sua efetividade finita, os indivíduos enquanto multidão, de modo que essa repartição aparece no [indivíduo] singular, mediada pelas circunstâncias, o arbítrio e a escolha própria de sua determinação (HEGEL, 2010, p. 238)

A família e a sociedade civil são consideradas por Hegel como as bases do Estado, de modo que ambas possuem uma eticidade própria. A família é entendida como o momento natural da eticidade, ao passo que a eticidade da sociedade civil é fruto de uma segunda natureza, a eticidade da corporação., de modo que ambas estruturam-se no pensamento hegeliano como meros esquemas abstratos em relação ao Estado como autêntica expressão materializada do espírito objetivo. O Estado é, assim, a síntese entre a família e sociedade civil, a primeira enquanto esfera em que o indivíduo alcança sua realização numa unidade particular, e a segunda sob a forma de um sistema de relações egoístas e de dependência entre seus integrantes, este, por sua vez, caracterizado pela dispersão, quer seja, várias individualidades que na esfera social participam de uma relação de interdependência constante.

Hegel procede assim com uma mudança na interpretação do Estado em relação àquela até então predominante, uma vez que rompe com o naturalismo e

como a noção de pacto contratual, de modo que em suas reflexões não é o Estado que atua em função do indivíduo, mas, exatamente o contrário, é o indivíduo em função do Estado. O Estado toma na perspectiva hegeliana a configuração de ente em si e para si.

## **1.2 O Materialismo Histórico de Marx e a crítica à filosofia hegeliana**

Ao realizar a crítica da filosofia do direito de Hegel, Marx defende a inversão do sujeito e do predicado sustentado pela filosofia hegeliana. O jovem Marx afirma que não é a ideia a força motriz da realidade, mas sim o homem em sua atividade prática, de modo que sustenta que Hegel caiu em contradição ao tentar propor a sociedade ideal fundada numa concepção abstrata, uma vez que desconsiderou a própria realidade material.

Meu método dialético, em seus fundamentos, não é apenas diferente do método hegeliano, mas exatamente seu posto. Para Hegel, o processo de pensamento, que ele, sob o nome de Ideia, chega mesmo a transformar num sujeito autônomo. É o demiurgo do processo efetivo, o qual constitui apenas a manifestação externa do primeiro. Para mim, ao contrário, o ideal não é mais do que o material, transposto e traduzido na cabeça do homem. (MARX, 2011, p. 129)

Ao considerar a realidade material como predicado, Hegel recai em uma utopia da própria realidade, dado que não considera o homem como sujeito e formador da história, mas, ao contrário, considera-o como resultado da ideia. Hegel, como bom idealista, parece não entender a importância da dimensão concreta e de suas determinações decorrentes do processo histórico em desenvolvimento. Este é um ponto da filosofia hegeliana muito criticado por Marx, haja vista que ao desconsiderar o homem como sujeito da história, sua filosofia, por mais revolucionária que se apresentava ser, acaba possuindo um sistema de caráter conservador, de modo que atua como justificção/aceitação da realidade existente.

Na verdade Hegel não faz senão dissolver a “constituição política” na abstrata Ideia universal de “organismo”, embora aparentemente e segundo sua própria opinião, ele tenha desenvolvido o determinado a partir da Ideia universal. Ele transformou em um produto, em um predicado da Ideia, o que é seu sujeito; ele não desenvolve um pensamento previamente concebido na esfera abstrata da lógica. Não se trata de desenvolver a ideia determinada da constituição política, mas de dar à constituição política uma relação com a Ideia abstrata, de dispô-lo como um membro da sua biografia, uma clara mistificação. (MARX, 2010, p. 36)

Para Marx, é a realidade material que deve ser amplamente recorrida para compreender com maior precisão as questões políticas e sociais de um época, bem como o próprio indivíduo e suas determinações. É ela, a realidade material, segundo Marx, que incumbe e determina as concepções e a visão de mundo dos indivíduos, de maneira que a ideia e as próprias convicções humanas são decorrentes das contradições presentes nesta realidade material.

O verdadeiro sujeito torna-se predicado do predicado: o conteúdo concreto, a determinação real, aparece como formal; a forma inteiramente abstrata de determinação aparece como o conteúdo concreto<sup>1</sup>. A inversão determinativa entre sujeito e predicado é, portanto, a inversão ontológica entre a determinação real e a determinação ideal, o conteúdo concreto e a ideia abstrata ou, poder-se-ia dizer, o ser e o pensar. A Ideia é feita sujeito, na medida em que a ela é conferido o poder de engendrar, a partir de si mesma, suas determinações concretas, finitas. (...) O ser finito nada mais é, de acordo com essa concepção, do que o momento objetivo da Ideia infinita, o predicado finito do sujeito infinito. (MARX, 2010, p. 19-20)

Enquanto Hegel considerava o Estado como uma necessidade externa à família e à sociedade, responsável por afirmar valores universais perante a sociedade civil em consonância com a harmonia dos interesses individuais e coletivos, produto de um processo dialético que passa do particular ao universal. Marx, ao contrário, entendia o Estado como a afirmação e positivação dos interesses de uma classe dominante. O que Hegel não conseguiu perceber, de acordo com Marx, foi que a realidade que ele descrevia ainda possuía inúmeros resquícios do regime antigo, e, que ao afirmar a realidade de seu tempo presente como modernidade em função do desenvolvimento das relações políticas e sociais, acabou caindo em um anacronismo uma vez que acreditava ter superado completamente aquelas determinações do *ancien regime*.

E mesmo para os povos modernos, essa luta contra o teor limitado do status quo alemão não carece de interesse, pois o status quo alemão é a perfeição manifesta do ancien régime, e o ancien régime é o defeito oculto do Estado moderno. A luta contra o presente político alemão é a luta contra o passado das nações modernas, e estas continuam a ser importunadas pelas reminiscências desse passado. (MARX, 2010, p. 148)

A sociedade feudal, caracterizada pela organização em castas fechadas, fora positivada pelo ato constitucional formador do Estado, mas suas contradições não foram completamente superadas, haja vista a evidente desigualdade social e o aumento dos conflitos de interesses no seio da sociedade moderna. A liberdade que se apresentava era, tão somente, uma liberdade no texto legal, formal, e não prática.

Nos estados antigos o Estado político constituiu o conteúdo estatal por exclusão das outras esferas; o Estado moderno é um compromisso entre o Estado político e o não político. (...) A abstração do Estado *como* tal pertence somente aos tempos modernos porque a abstração da vida privada pertence somente aos tempos modernos. A abstração do Estado político é um produto moderno. (MARX, 2010, p. 51-52)

O ponto culminante da identidade hegeliana era, como ele mesmo o confessa, a *Idade Média*. Lá, os estamentos da sociedade civil em geral e os estamentos em sentido político eram idênticos. Pode-se exprimir o espírito da Idade Média desta forma: os estamentos da sociedade civil e os estamentos em sentido político eram idênticos porque a sociedade civil era a sociedade política; porque o princípio orgânico da sociedade civil era o princípio do Estado. Mas Hegel parte da separação da “sociedade civil” e do “Estado político” como de dois opostos fixos, duas esferas realmente diferentes. De fato, essa separação é, certamente, real no Estado moderno. A identidade dos estamentos civil e político era a expressão da identidade das sociedades civil e política. Essa identidade desapareceu. Hegel a pressupõe como desaparecida. Se a identidade dos estamentos civil e político expressasse a verdade, ela não poderia ser, portanto, mais do que uma expressão da separação das sociedades civil e política! ou ainda: somente a separação dos estamentos civis e dos estamentos políticos exprime a verdadeira relação entre as modernas sociedades civil e política. (MARX, 2010, p. 89-90).

A partir das considerações realizadas por Hegel e Marx, Gramsci retoma a discussão acerca do Estado e da sociedade civil, mas sob um novo prisma, articulado sobre a impossibilidade de estabelecer uma separação entre sociedade civil e Estado, sedimentado assim na noção de Estado como uma totalidade orgânica constituída tanto pela sociedade civil quanto pelo Estado como aparelho coercitivo que formam a chamada “superestrutura”. Para que fique claro o caminho que leva o intelectual sardo a formular o mencionado entendimento é necessário passar primeiramente à formação intelectual do autor, a qual se realizará no capítulo a seguir.

## **2 Da Formação Intelectual de Gramsci**

A contribuição de Antônio Gramsci para a interpretação da política na sociedade contemporânea é de indiscutível importância. As formulações realizadas pelo filósofo sardo no tocante à diferenciação entre as formações sociais do “Oriente” e do “Ocidente”, bem como a discussão acerca da “guerra de posição” e da teoria ampliada do estado, são categorias gramscianas capazes de demonstrar a universalidade de seu pensamento, sua preocupação com o ser social e com a realidade que se apresenta a esse ser.

Antes de determo-nos mais propriamente no conceito de “Estado Ampliado” e sua relação com a opinião pública, é imprescindível analisar o processo de formação do intelectual sardo, afim de compreender as questões enfrentadas por Gramsci na juventude e as influências que atuaram sobre esse percurso de desenvolvimento intelectual. Está análise é importante também para compreender como Gramsci chegou à elaboração do inovador conceito de “sociedade civil”, e como a influência de Lênin contribuiu nesse processo.

### **2.1 Primeiros escritos e a fase da militância**

A tendência de Gramsci aos estudos já estava presente antes mesmo de sua décima primavera. A maior parte do tempo era dedicada às leituras e, como as brincadeiras e jogos do círculo de amigos normalmente giravam em torno de provas de valentia física e de resistência, à criação de seus próprios brinquedos e outras criações. (FIORI, 1979, p. 24)

O primeiro contato de Gramsci com discussões políticas presentes naquele momento histórico acontece por intermédio de seu irmão, Gennaro Gramsci, que enviava com certa frequência os artigos publicados no jornal *Avanti!*, considerado

órgão central do Partido Socialista Italiano (PSI). Em 1910, residindo em Cagliari e frequentando o último ano do Liceu Dettori, Gramsci redige um ensaio escolar nomeado “Oprimidos e Opressores”, posteriormente publicado no jornal *Unione Sarda*. A presença de um sentimento regionalista, em função das contradições e problemas presenciados por Gramsci na região sul da Itália, é próprio dessa fase inicial de formação. (COUTINHO, 1989, p. 1-2). A aversão ao protecionismo de Giovanni Giolitti e às concepções reformistas do PSI naquele momento, levaram Gramsci a realizar uma crítica severa direcionada ao cientificismo e à concepção positivista-evolucionista do marxismo que era adotada pelo PSI.

Mas os revolucionários que concebem a história como criação do próprio espírito, feita de uma série ininterrupta de rupturas operadas sobre as outras forças activas e passivas da sociedade, e preparando o máximo de condições favoráveis para a ruptura definitiva (a revolução), não devem contentar-se com a fórmula provisória «neutralidade absoluta», mas transformá-la na «neutralidade activa e operante». O que significa devolver vida à nação o seu genuíno e natural carácter de luta de classes, enquanto a classe trabalhadora, obrigando a classe detentora do poder a assumir as suas responsabilidades, obrigando-a a levar até ao absoluto as premissas de que extrai a sua razão de existir, a aguentar o exame da preparação com que procurou chegar ao fim que dizia ser-lhe próprio, a obrigar (no nosso caso, em Itália) a reconhecer que faliu completamente no seu objectivo, pois conduziu a nação, de que se proclamava única representante, para um beco sem saída, do qual só poderá sair abandonando ao próprio destino todos aqueles institutos que do seu presente e tristíssimo estado são directamente responsáveis. (GRAMSCI, 1976b, p. 66-67)

As influências de Croce e Gentile foram importantes nesse período inicial de formação do jovem Gramsci, dado que a partir das críticas feitas por esses neo-hegelianos ao cientificismo empírico e positivista, Gramsci aprimorou sua compreensão sobre o carácter transformador da ação humana na realidade. De acordo com Gramsci, a concepção positivista-evolucionista servia para justificar ideologicamente a passividade e a imobilidade do movimento operário, difundida pela corrente maximalista<sup>1</sup> sob a interpretação de que a revolução seria decorrente de uma

---

<sup>1</sup> A corrente maximalista ganha força no Congresso de Erfurt, realizado em 1891. O mencionado congresso foi determinante na interpretação do marxismo, de modo a provocar uma separação dentro do próprio movimento socialista entre reformistas e maximalistas. Os reformistas, minoria entre os participantes do

catástrofe no interior do próprio sistema capitalista, um verdadeiro colapso estrutural, e por consequência levaria inevitavelmente à irrupção da classe operária. Essa ideologia fatalista, presente também durante a direção de Seratti (representante da corrente maximalista), segundo Gramsci, acaba por desconsiderar as conquistas intermediárias, de modo a evitar qualquer compromisso com a ordem vigente, orientando suas ações (ou melhor, omissões) na espera do “Grande Dia” chegar.

E este pensamento apresenta sempre como máximo factor de história não os factos económicos, materiais, mas o homem, mas a sociedade dos homens, dos homens que se apoiam mutuamente, se entendem mutuamente, desenvolvem através destes contactos (civilização) uma vontade social, colectiva, compreendem os factos económicos, julgam-nos e adequam-nos à sua vontade, até que esta se torne a força motriz da economia, e plasmadora da realidade objectiva, que vive e se move e adquire carácter de matéria telúrica em ebulição, que pode ser canalizada onde e como convenha à vontade. (GRAMSCI, 1976a, p. 161)

O determinismo económico presente na Segunda Internacional, organizado conforme as concepções de Kautsky<sup>2</sup>, também foi alvo da crítica gramsciana, sendo que este determinismo desconsiderava totalmente a centralidade da práxis na formação do ser social. A Segunda Internacional, destarte, partia de uma interpretação equivocada de Marx, e, assim como a corrente fatalista, desprezava a transformação da realidade pela ação humana concreta, contentando-se a aguardar o momento crítico do sistema capitalista que culminaria na “sociedade regulada”. Compreendiam a revolução proletária como resultado de uma inexorável lei do desenvolvimento económico, de modo que o progresso das forças produtivas, fomentando a polarização de classes e conduzindo a crise de tipo catastrófico, levaria fatalmente,

---

congresso, empenhavam-se pela reforma da ordem já estabelecida mediante a positivação legal, ao passo que os maximalistas, maioria entre os participantes do congresso, orientavam-se mais pela tomada do poder. O Congresso foi extramamente influenciado pelas ideias de Karl Kaustky, as quais estavam demasiadamente presentes nas interpretações da realidade feitas pelo movimento socialista, estas, por seu turno, severamente criticadas por Gramsci em partes de sua vasta obra.

<sup>2</sup> Karl Kautsky (1854-1938), teórico marxista que defendia uma concepção fatalista e a existência de uma síntese entre marxismo e darwinismo. Um dos fundadores da ideologia social-democrata.

em um dado momento, a um colapso estrutural do capitalismo, com a conseqüente irrupção da insurreição proletária. (COUTINHO, 1989, p. 4)

A cultura é uma coisa bem diversa. É organização, disciplina do próprio eu interior, é tomada de posse da própria personalidade, é conquista da consciência superior pela qual se consegue compreender o próprio valor histórico, a própria função na vida, os próprios direitos e os próprios deveres. (...) O homem é sobretudo espírito, isto é, criação histórica e não natureza. (...) cada revolução foi precedida por um intenso trabalho de crítica, de penetração cultural, de permeabilização de ideias através de agregados de homens, primeiro refractários e somente virados para resolver dia a dia, hora a hora, o seu problema econômico e político, sem laços de solidariedade com os outros que se encontram nas mesmas condições. (GRAMSCI, 1976c, p. 83)

A preocupação de Gramsci com a cultura é evidente neste período, considerada pelo filósofo sardo como um meio privilegiado para romper com a falsa alternativa entre reformismo inócuo e maximalismo vazio, como instrumento capaz de superar o individualismo, de despertar nos homens sua consciência universal.(COUTINHO, 1989, p. 8) Nos *Cadernos do Cárcere* [doravante mencionados como *Cadernos*] essa preocupação acompanha Gramsci e servirá como elemento indispensável para a formulação do conceito de “Estado Ampliado”.

Com a Revolução Russa, a questão do socialismo coloca-se na ordem do dia em toda a Europa. A necessidade de “fazer política” tomava cada vez mais força. Impulsionados por esse sentimento de ação política, tanto prática como teórica, Gramsci juntamente com Tasca, Togliatti e Terracini fundam em abril de 1919 o jornal L’Ordine Nuovo, a fim de atuar como centro de criação e difusão da cultura socialista para criar as condições da transformação socialista.

## **2.2 Da assimilação do pensamento de Lênin**

Gramsci publica, em agosto de 1920, “O Programa de <Ordine Nuovo>”. Neste artigo é possível perceber o direcionamento da atenção de Gramsci para a ação

política, para a prática transformadora da realidade, influenciado pelas ações desenvolvidas na Revolução Russa.

O Soviete é uma forma universal, não é uma instituição russa, apenas russo; o Soviete é a forma em que, onde quer que existam proletários em luta para conquistar a autonomia industrial, a classe operária manifesta esta vontade de emancipar-se; o Soviete é a forma de autogoverno das massas operárias; existe um germe, uma veleidade, uma pálida ideia de governo dos Sovietes em Itália, em Turim? (...) Sim, existe em Itália, em Turim, um germe do governo operário, um germe de Soviete; é a Comissão Interna; estudemos esta instituição operária, façamos um inquérito, estudemos também a fábrica capitalista, mas não como organização da produção material, porque deveríamos ter uma cultura especializada que não temos: estudemos a fábrica capitalista como forma necessária da classe operária, como organismo político, como <território nacional>: de autogoverno operário. (GRAMSCI, 1977, p. 178)

A cultura para Gramsci, como já mencionada anteriormente, é um meio privilegiado para romper com a falsa alternativa entre reformismo inócuo e o maximalismo vazio, é, portanto, um modo de pensar a realidade concreta e de intervir em sua transformação. Nesse sentido, visualiza na Comissão Interna aquelas características do chamado “soviete”, de modo a direccionar-se em prol de assegurar a autonomia desse “germe” soviético, defendendo que seja uma organismo representativo de todos os trabalhadores da fábrica, inclusive aqueles não sindicalizados. (COUTINHO, 1989, p. 15)

A ideia central de Gramsci era que todos os operários, todos os empregados, todos os técnicos e mais tarde todos os camponeses e logo todos os elementos ativos da sociedade deveriam tornar-se, fossem ou não inscritos no sindicato e independente do partido a que pertencessem, mesmo não militassem em um partido, mas apenas pelo de serem operários, camponeses, etc., de simples executores a dirigentes do processo produtivo; de peças de um mecanismo regulado pelo capitalista a sujeitos; (FIORI, 1979, p. 150)

Nessa primeira fase de contato com o pensamento de Lênin, e com as conquistas alcançadas na Revolução, Gramsci volta-se com maior atenção para as ações práticas, de modo que dirige seus esforços às atividades que promovam o fortalecimento da classe operária, à elevação das capacidades intelectuais e organizacionais dessa classe.

No caso russo, Gramsci procura resgatar a formulação de Lenin nos albores da revolução, quando o líder bolchevique afirmava não ser o socialismo o objetivo imediato. Na verdade, para Lenin a Revolução Russa poderia proceder sob a forma de uma radicalização democrática da revolução burguesa, cujo objetivo imediato seria o controle da produção e da distribuição pela classe operária, o confisco e a nacionalização da terra e a criação de um banco nacional sob controle dos soviets, que substituiriam os instrumentos de opressão do Estado burguês. Essas transformações, ainda que permanecendo no campo do capitalismo, implicaria um forte estímulo ao movimento social mundial, servindo mesmo, eventualmente, de prólogo para a revolução socialista Internacional. (DEL ROIO, 2005, p. 155)

A experiência de Gramsci com a Comissão Interna e com os Conselhos de Fábrica<sup>3</sup> proporcionou um avanço em sua concepção política, dado que assimilou, em consonância com a orientação de Lênin e da III Internacional, a necessidade da criação de um organismo político revolucionário, através da renovação do velho Partido Socialista. A ideia era de constituir uma fração comunista em nível nacional, capaz de pressionar os maximalistas, e caso fosse necessário, que servisse de base para a fundação de um novo partido. (COUTINHO, 1989, p. 20)

Lênin propôs em 1920 a “frente única operária”, “governos operários” ou governos operário-camponeses, dado acreditar ser impossível a conquista do poder sem o consenso da maioria do proletariado, e naquele momento a social-democracia representava a maioria, de modo que os partidos comunistas deveriam encontrar um modo de se relacionar e influir sobre elas.

Foi precisamente na fórmula política da frente única que Gramsci encontrou o fio condutor da práxis revolucionária. Desde logo sua concepção procurou uma orientação própria dentro do emaranhado teórico que surgia no interior da IC e de seus principais partidos, primeiro por conta da novidade e decorrentes imaturidade e imprecisão da noção de frente única, e depois, da regressão teórica que afetou a maioria do movimento comunista após a morte de Lênin e a desagregação do grupo espartaquista. (DEL ROIO, 2005, p. 177)

Em maio de 1922, Gramsci vai para Moscou, momento em que aprofunda ainda mais seu processo de conhecimento e assimilação dos princípios essenciais do

---

<sup>3</sup> A greve de abril de 1920 e posteriormente a ocupação das fábricas em setembro do mesmo ano mostrou que os trabalhadores e, através dos conselhos, conseguiram geri-las. Mas o fracasso ocorreu em função da política de passividade e a negação de apoio dos reformistas e da direção do PSI. A experiência revelou que a luta não era apenas na fábrica considerada anteriormente como território nacional da classe, mas sim efetivamente em todo o território social e político da nação

leninismo. Agita Togliatti e seus camaradas a criar um núcleo no interior do Partido, afim de fazer uma discussão da política atual e não um exame de fenômenos históricos gerais, mas fazer propostas práticas e indicar a massa orientações práticas de ação e de organização. (GRAMSCI, 1978, p. 178)

Sobre o marxismo e a recepção de Lênin dos elementos de Marx, vejamos o que escreve Fresu:

[Lênin] Entende o marxismo, portanto, como um instrumento de análise científica que fornece critérios para entender as linhas e tendências gerais da evolução histórica dos sistemas de produção e relações sociais. Para Lênin, o marxismo adquire valor revolucionário por meio do estudo profundo das concretas 'formações econômico-sociais' historicamente determinadas, isto é, das especificidades que tornam a perspectiva do socialismo diversa e peculiar a depender do país em que se proponha realizar. (FRESU, 2016, p. 110)

O período compreendido entre os anos de 1924 e 1926, são considerados como o momento de transição do filósofo sardo para a maturidade. Em janeiro de 1926, Gramsci juntamente com Togliatti redigem "Teses de Lyon", considerado importante expressão do pensamento gramsciano em decorrência das influências de Lênin. Nesse artigo são abordadas questões que permeiam a necessidade de análise concretas da situação italiana, bem como trata do problema das palavras de ordem intermediárias e da defesa de uma política fundada na atividade e não na passividade própria da concepção bordiguiana, propondo, portanto, a luta por um partido de massas.

Em carta dirigida a Togliatti, em 1924, Gramsci destaca a ideia de uma diferença estrutural entre as formações econômico-sociais do "Ocidente" e do "Oriente".

(...) Na Europa central e ocidental o desenvolvimento do capitalismo não apenas determinou a formação de amplos estratos proletários, mas também, e como consequência, criou o estrato superior, a aristocracia operária com seus anexos de burocracia sindical e de grupos social-democratas. A determinação, que na Rússia era direta e lançava as massas às ruas para o assalto revolucionário, complica-se na Europa central e ocidental, em função

de todas essas superestruturas políticas, criadas pelo maior desenvolvimento do capitalismo, aos quais fazem com que a ação das massas seja mais lenta e mais prudente, e exigem, por conseguinte, que o partido revolucionário desenvolva toda uma estratégia e uma tática bem mais complexas e de maior alcance do que aquelas que foram necessárias aos bolcheviques no período compreendido entre março e novembro de 1917. (GRAMSCI, 1924, n.p, tradução nossa)

É possível perceber que já em 1924 Gramsci apresenta os indícios que culminariam nas elaborações posteriormente formuladas de “guerra de posição” e da noção de hegemonia. Neste momento, Gramsci mostra-se convencido de que para se tornar “classe dirigente”, de modo a triunfar naquela estratégia mais complexa de longe alcance, o proletariado não pode se limitar a controlar a produção econômica, mas deve também exercer sua direção político-cultural sobre o conjunto das forças sociais que, por essa ou aquela razão, desse ou daquele modo, se opõem ao capitalismo. (COUTINHO, 1989, p. 36)

Em todos os países, o estrato dos intelectuais foi radicalmente modificado pelo desenvolvimento do capitalismo. O velho tipo de intelectual era o elemento organizador de uma sociedade de base predominantemente camponesa e artesã; para organizar o Estado e o comércio, a classe dominante treinava um tipo específico de intelectual. A indústria introduziu um novo tipo de intelectual: o organizador técnico, o especialista da ciência aplicada. Nas sociedades em que as forças econômicas se desenvolveram em sentido capitalista, até absorver a maior parte da atividade nacional, predominou este segundo tipo de intelectual [...]. Ao contrário, nos países em que a agricultura exerce ainda um papel muito importante ou mesmo predominante, continua a prevalecer o velho tipo, que fornece a maior parte dos funcionários estatais; mesmo na esfera local, na vila e na cidadezinha rural, este tipo exerce a função de intermediário entre o camponês e a administração em geral. (GRAMSCI, 1987, p. 155)

A análise da situação italiana neste momento direciona-se principalmente às contradições presentes naquele momento do desenvolvimento histórico italiano, este, por seu turno, que como abordado no ensaio inacabado “A Questão Meridional”, provocou uma exclusão do mundo camponês sulista dos processos de modernização econômica e política. Neste ensaio Gramsci demonstra preocupa-se com as funções dos intelectuais no sistema da burguesia-agrária e com a aliança entre os operários e camponeses. Segundo Gramsci, o *Risorgimento* é uma “revolução pelo alto”, uma vez

que produziu uma modernização conversadora dado que o desenvolvimento das forças produtivas estruturou-se sobre a conservação de elementos atrasados das relações sociais e não sob a perspectiva verdadeiramente revolucionária sedimentada na efetiva transformação da realidade estabelecida.

### **3 A Noção de “Estado Ampliado” e a Relação com a “Opinião Pública”**

Em 08 de novembro de 1926, antes de concluir “A Questão Meridional”, Gramsci é preso pelo regime fascista de Benito Mussolini, como forma de “calar”<sup>4</sup> o intelectual sardo. Com a prisão de Gramsci deu-se início à uma nova fase de sua produção intelectual, dedicada a realizar um trabalho “für ewig”<sup>5</sup>, desinteressado. As condições enfrentadas durante o encarceramento apenas proporcionaram uma maior liberdade analítica e um certo afastamento das questões imediatas e circunstanciais em prol de um trabalho mais sistemático e de caráter universal. Os primeiros registros de escritos são de fevereiro de 1929, momento em que recebeu autorização para escrever e estudar na prisão. (FIORI, 1979, p. 291)

A dimensão histórica-universal agora aparece como regra, e não mais tão afetado pelo dia a dia ou pela conjuntura imediata. Há uma ampliação do horizonte e um evidente aprofundamento no nível da produção teórica, tornando-a capaz de responder e de incidir sobre uma práxis mais universal. Toda a bagagem de experiência recebida durante a militância e a produção intelectual anteriores ao cárcere atuam como suporte de reflexão para os escritos carcerários, de modo que muitos elementos foram novamente retomados e melhor articulados.

Dentre todas as contribuições do pensamento gramsciano elaboradas nos *Cadernos*, destaca-se aquela que trata da formação do Estado e da sua articulação em dois níveis/planos distintos que mantêm entre si uma inter-relação recíproca, quer sejam, sociedade civil e sociedade política. As reflexões sobre a sociedade civil e

---

<sup>4</sup> No processo que condenou Gramsci, o promotor fascista proferiu a seguinte frase: “É preciso impedir que esse cérebro funcione durante vinte anos”.

<sup>5</sup> GRAMSCI, 2011, p. 86-91

sociedade política, como já observamos, já estavam presentes em Hegel e Marx, mas com a formulação gramsciana o conceito de sociedade civil ganha uma nova forma, mais concreta e propriamente vinculada com as novas determinações próprias daquele momento histórico, este, por sua vez, caracterizado pelo desenvolvimento das forças produtivas e a pela maior socialização da política.

§2. *O Estado e a concepção do direito.* A revolução provocada pela classe burguesa na concepção do direito, e, portanto, na função do Estado consiste especialmente na vontade de conformismo (logo, eticidade do direito e do Estado). As classes dominantes precedentes eram essencialmente conservadoras, no sentido de que não tendiam a assimilar organicamente as outras classes, ou seja, a ampliar 'técnica' e ideologicamente sua esfera de classe: a concepção de casta fechada. A classe burguesa põe-se a si mesma como um organismo em contínuo movimento, capaz de absorver toda a sociedade, assimilando-a a seu nível cultural e econômico; toda a função do Estado é transformada: o Estado torna-se 'educador', etc. De que modo se verifica uma paralisação e se volta à concepção do Estado como pura força, etc. A classe burguesa está 'saturada': não só não se difunde, mas se desagrega; não só não assimila novos elementos, mas desassimila uma parte de si mesma (ou, pelo menos, as desassimilações são muitíssimo mais numerosas do que as assimilações). Uma classe que se ponha a si mesma como passível de assimilar toda a sociedade e, ao mesmo tempo, seja realmente capaz de exprimir este processo leva à perfeição esta concepção do Estado e do direito, a ponto de conceber o fim do Estado e do direito, tornados inúteis por terem esgotado sua missão e sido absorvidos pela sociedade civil. (GRAMSCI, 2007, p. 271)

Hegel, ao considerar o Estado como entidade externa à sociedade civil, como ente separado do corpo social, desconsiderou a importância da realidade material no processo histórico. Marx, percebendo os equívocos da filosofia hegeliana sustentou o homem como força motriz da história e não a ideia. Gramsci, como autêntico marxista, concorda com Marx em relação à dinâmica dos processos históricos e a importância da realidade material, e por essa razão realiza uma superação dialética com Marx, uma vez que aquela sociedade civil que se apresentava ao filósofo alemão não possuía ainda as determinações provocadas pelo desenvolvimento das forças produtivas e tecnológicas. Assim, Gramsci é capaz de ampliar o conceito de sociedade civil de Marx, conforme esclarece lucidamente Gramsci sobre as transformações históricas:

Conceito político da chamada 'revolução permanente', surgido antes de 1848, como expressão cientificamente elaborada das experiências jacobinas de 1789 ao Termidor [10]. A fórmula é própria de um período histórico em que não existiam ainda os grandes partidos políticos de massa e os grandes sindicatos econômicos, e a sociedade ainda estava sob muitos aspectos, por assim dizer, no estado de fluidez: maior atraso do campo monopólio quase completo da eficiência político-estatal em poucas cidades ou até mesmo numa só (paris para a França), aparelho estatal relativamente pouco desenvolvido e maior autonomia da sociedade civil em relação à atividade estatal, determinado sistema das forças militares e do armamento nacional, maior autonomia das economias nacionais em face das relações econômicas do mercado mundial, etc. No período posterior a 1870, com a expansão colonial europeia, todos estes elementos se modificam, as relações de organização internas e internacionais do Estado tornam-se mais complexas e robustas; e a fórmula da 'revolução permanente', própria de 1848, é elaborada e superada na ciência política com a fórmula de 'hegemonia civil'.. (GRAMSCI, 2007, p. 24)

A nova dinâmica social percebida por Gramsci é o fio condutor para a estruturação do conceito de “sociedade civil” e apreensão dos “aparelhos privados de hegemonia”. A trajetória do intelectual sardo iniciada mais ativamente no movimento operário, como integrante e parte do corpo operário e não como mero representante, e, posteriormente, como dirigente do PCI proporcionou uma formação capaz de identificar as contradições provocadas pela base fundamental estabelecida já em Marx, a existência de dirigentes e dirigidos, a qual resulta inevitavelmente num domínio de uma classe sobre outra. O conceito de hegemonia elaborado por Gramsci articula exatamente a existência de dominantes e dominados, de maneira que vai além das reflexões de Marx, de modo que identifica nas mudanças provocadas pelo desenvolvimento da dinâmica das forças produtivas as novas “instituições” que moldam e predispõem os indivíduos aos valores e interesses da classe dominante.

No ensaio inacabado “Alguns Temas da Questão Meridional”<sup>6</sup> Gramsci já demonstra ter assimilado as relações hegemônicas presentes nas sociedades modernas e desenvolvidas, as quais servirão como premissa e essência das reflexões

---

<sup>6</sup>Inacabado em virtude da prisão de Gramsci em 06 de novembro de 1926. A primeira publicação do ensaio foi em Janeiro de 1930 na revista *Lo Stato operaio*, revista teórica do PCI impressa em Paris (GRAMSCI, Volume 4. 1978, p. 171

desenvolvidas nos *Cadernos*. As novas “instituições”, decorrentes do desenvolvimento das forças produtivas e da socialização da política, que atuam no seio da sociedade mediante uma luta pelo controle hegemônico são organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, compreendendo o sistema escolar, as Igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, a organização material da cultura constituída pelas revistas, jornais, editoras, meios de comunicação de massa), etc. (COUTINHO, 1989, p. 76-77)

Os *Cadernos* são o prosseguimento e a ampliação do ensaio sobre a questão meridional. Há neles o estudo da função dos intelectuais na história da Itália até a formação do Estado unitário; há a crítica das filosofias que dão um fundamento teórico ao domínio burguês; há a contribuição do homem de pensamento à elaboração de uma nova *Weltanschauung* proletária, de uma nova concepção de vida oposta à burguesa, que a substitua, na consciência das classes exploradas. [...] A filosofia da classe dominante, através de uma série de vulgarizações sucessivas, tornou-se senso comum, isto é, tornou-se a filosofia das massas, as quais aceitam a moral, o costume, as regras de comportamento institucionalizadas na sociedade em que vivem. O problema então, para Gramsci, é ver *como* a classe dominante conseguiu obter o consenso das classes subalternas e *como* estas classes poderão derrubar a velha ordem e instituir uma outra, de liberdade para todos. Não se trata, porém, de analisar abstratamente o capitalismo em geral e aquilo que são as classes exploradas. A primeira exigência de Gramsci é de calcar-se em uma realidade bem precisa, na realidade concreta italiana; ver como se formou o Estado burguês italiano e que função os intelectuais exerceram neste processo de formação. (FIORI, 1979, p. 294)

O resultado dessa exigência é justamente a assimilação dos dois planos superestruturais que formam o Estado: primeiro aquele da sociedade civil, em que possui como portadores materiais os aparelhos privados de hegemonia, aquelas organizações que em constante luta buscam exercer sua hegemonia por meio da direção política e do consenso.; e, segundo, a sociedade política em que os portadores materiais residem nos aparelhos repressivos do Estado, conforme esclarece Gramsci, no *Caderno 12*:

A relação entre os intelectuais e o mundo da produção não é imediata, como ocorre no caso dos grupos sociais fundamentais, mas é ‘mediatizada’, em diversos graus, por todo o tecido social, pelo conjunto das superestruturas, do qual os intelectuais são precisamente os ‘funcionários’. [...] Por enquanto, podem-se fixar dois grandes ‘planos’ superestruturais: o que pode ser chamado de ‘sociedade civil’ (isto é, o conjunto de organismos designados vulgarmente como ‘privados’) e o da ‘sociedade política ou Estado’, planos

que correspondem, respectivamente, à função de ‘hegemonia’ que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de ‘domínio direto’ ou de comando, que se expressa no Estado e no governo ‘jurídico’. Estas funções são precisamente organizativas e conectivas. Os intelectuais são os ‘prepostos’ do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso ‘espontâneo’ dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce ‘historicamente’ do prestígio (e, portanto, da confiança) obtido pelo grupo dominante por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparelho de coerção estatal que assegura ‘legalmente’ a disciplina dos grupos que não ‘consentem’, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais desaparece o consenso espontâneo. (GRAMSCI, 2001, p. 20-21)

O consenso alcançado em função da sobreposição de uma força hegemônica sobre as demais, com a consequente hegemonia do grupo social sobre toda a sociedade civil, provoca um condicionamento da formação da opinião pública conforme a ideologia daquele grupo hegemônico dominante. Fresu, no artigo “*Stato etico, egemonia e opinione pubblica*”, trata sobre essa relação entre hegemonia exercida pelos aparelhos privados de hegemonia e opinião pública, destaca a importante contribuição do intelectual italiano:

Nella realtà contemporanea, segnata dall’onnipresenza dei mezzi di comunicazione di massa e da nuovi veicoli di diffusione delle informazioni (internet e socialnetwork) ancora più invasivi di quelli tradizionali, l’importanza degli organismi incaricati di formare l’opinione pubblica (anzitutto i grandi mezzi di comunicazione di massa) è un fatto assodato. Al di là delle campagne elettorali, che si servono sempre più di strumenti virtuali (WhatsApp, Facebook, Twitter), la lotta senza quartiere tra i soggetti in campo per influenzare l’opinione pubblica e determinarne gli orientamenti costituisce oggi una delle più importanti sfide della politica. Gramsci ha il merito storico di aver chiarito tra i primi, con profondità e continuità, quanto la centralizzazione politica e i rapporti di forza di una società moderna e sviluppata, si determinano più sul piano egemonico (apparati privati della società civile) di quanto non avvenga nella dimensione tradizionale del dominio diretto dello Stato (diritto, esercito, magistratura). (FRESU, 2019, no prelo.)<sup>7</sup>

---

<sup>7</sup> “Nella realtà contemporanea, segnata dall’onnipresenza dei mezzi di comunicazione di massa e da nuovi veicoli di diffusione delle informazioni (internet e socialnetwork) ancora più invasivi di quelli tradizionali, l’importanza degli organismi incaricati di formare l’opinione pubblica (anzitutto i grandi mezzi di comunicazione di massa) è un fatto assodato. Al di là delle campagne elettorali, che si servono sempre più di strumenti virtuali (WhatsApp, Facebook, Twitter), la lotta senza quartiere tra i soggetti in campo per influenzare l’opinione pubblica e determinarne gli orientamenti costituisce oggi una delle più importanti sfide della politica. Gramsci ha il merito storico di aver chiarito tra i primi, con profondità e continuità, quanto la centralizzazione politica e i rapporti di forza di una società moderna e sviluppata, si determinano più sul piano egemonico (apparati privati della società civile) di quanto non avvenga nella dimensione tradizionale del dominio diretto dello Stato (diritto, esercito, magistratura).” (FRESU, 2019, no prelo.)

Sobre a opinião pública, Gramsci no Caderno 7, afirma o seguinte:

§83. Noções enciclopédicas. *A opinião pública*. O que se chama de “opinião pública” está estreitamente ligado à hegemonia política, ou seja, é o ponto de contato entre a “sociedade civil” e a ‘sociedade política’, entre o consenso e a força. O Estado, quando quer iniciar uma ação pouco popular, criar preventivamente a opinião pública adequada, ou seja, organiza e centraliza certos elementos da sociedade civil. História da ‘opinião pública’: naturalmente, elementos de opinião pública sempre existiram, mesmo nas satrapias asiáticas; mas a opinião pública como hoje se entende nasceu às vésperas da queda dos Estados absolutistas, isto é, no período de luta da nova classe burguesa pela hegemonia política e pela conquista do poder. A opinião pública é o conteúdo político da vontade política pública, que poderia ser discordante: por isto, existe luta pelo monopólio dos órgãos da opinião pública – jornais, partidos, parlamento –, de modo que uma só força modele a opinião e, portanto, a vontade política nacional, desagregando os que discordam numa nuvem de poeira individual e inorgânica. (GRAMSCI, 2007, p. 265)

Ao considerar a “opinião pública” como ponto de contato entre a “sociedade civil” e a “sociedade política”, e ainda como conteúdo político da vontade política pública, Gramsci demonstra a centralidade dos aparelhos privados de hegemonia como plano superestrutural que determinam os mecanismos através dos quais a classe dominante detêm o monopólio legal da repressão e da violência, identificados com os aparelhos de coerção sob a face de burocracias executiva e policial-militar.

É a partir dessa noção de estado ampliado, articulado entre aparelhos privados de hegemonia que se materializam no consenso e aparelhos de coerção materializados na ditadura, que Gramsci propõe a reforma moral e intelectual, esta por seu turno, não restrita tão somente à uma reforma política, mas também à uma reforma econômica capaz de eliminar a hierarquia social construída historicamente e não de forma natural, e, por isso, possível de alteração no decorrer do processo histórico. A autêntica reforma moral e intelectual defendida por Gramsci não é uma doutrinação mecânica e de cunho propenso à alienação como defendidos por alguns neo-liberais mal-intencionados, pelo contrário, é uma verdadeira elevação intelectual de todos indivíduos, a partir da interação e assimilação com os elementos culturais e intelectuais, com o conhecimento do processo histórico que proporcionou as

determinações próprias de cada momento histórico e com conseqüente formação de uma consciência crítica capaz de proporcionar o questionamento e indisposição à mera aceitação e passividade frente a realidade estabelecida.

Neste sentido, Gramsci atribui uma função essencial aos intelectuais e ao Partido, uma vez que tidos como portadores materiais dos aparelhos privados são responsáveis para atuar na realidade visando a elevação cultural da classe dominada, interagindo de perto com essa classe subalterna, escutando suas reivindicações e aspirações, bem como instruindo e proporcionando acesso aos elementos culturais, intelectuais, históricos, econômicos, filosóficos, artísticos, e etc. Assevera Gramsci, no entanto, que essa relação entre os portadores materiais e a massa deve abolir a relação de hierarquia anteriormente praticada, de modo a não atuar sedimentado em uma perspectiva de estudo da realidade e difusão aos indivíduos de meras direções mecânicas, mas sim atuar de forma orgânica com a massa, de maneira a promover uma libertação por meio da qual poderia resolver o problema histórico estruturado na divisão entre capital e trabalho.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho abordou as reflexões do filósofo italiano Antônio Gramsci no tocante ao conceito de “Estado Ampliado” e as relações dessa elaboração conceitual na formação da “opinião pública” das sociedades modernas e desenvolvidas. O caminho percorrido no desenvolvimento da atual pesquisa partiu da análise do conceito de “Estado Ético”, formulado por Hegel, abordando as reflexões sobre a sociedade civil na filosofia hegeliana, passando depois a tratar das reflexões de Marx e sua crítica à filosofia de Hegel. Segue-se com a apresentação do processo de formação do intelectual sardo, retratando a experiência própria do movimento dos conselhos, a posterior luta cravada no interior do PCI, bem como o momento de articulação acerca da hegemonia e do importante papel dos intelectuais no processo de elevação cultural das massas.

Este percurso desemboca nas formulações realizadas por Gramsci sobre os aparelhos privados de hegemonia e aqueles aparelhos de coerção, estes, por seu turno, considerados como portadores materiais das duas esferas constituintes do Estado, respectivamente, sociedade civil e sociedade política. A “opinião pública”, neste estágio da pesquisa, ganha uma discussão mais articulada a partir das reflexões gramscianas, de modo a proporcionar uma compreensão alinhada em maior grau com as determinações concretas da realidade historicamente determinada, com a realidade material e os seus elementos constitutivos.

Em relação ao objetivo principal que norteou a presente pesquisa, é possível perceber que foi alcançado. As formulações do intelectual sardo nos *Cadernos do Cárceres* – um trabalho “für ewig” –, construídos a partir de uma maior liberdade analítica, em relação à distinção entre dois grandes planos superestruturais –

sociedade civil e sociedade política – proporcionaram uma compreensão mais orgânica acerca da formação da “opinião da pública” nas sociedades modernas e desenvolvidas. Essa compreensão resultou em virtude de que, ao compreender a opinião pública como ponto de contato entre as duas esferas da superestrutura as quais realizam um movimento de inter-relação entre si, a ponto de ser o alvo e o principal instrumento no moderno estado democrático de tentativas e, infelizmente, alguns crescentes sucessos de moldá-la a partir das “instituições particulares” conforme os interesses de um determinado grupo restrito em desfavor do caráter universal e da verdadeira emancipação humana que alcance a *todos* os indivíduos.

Em relação aos objetivos específicos propostos, também julgam-se concluídos. O percurso desenvolvido proporcionou a assimilação mais clara das reflexões hegelianas sobre o Estado e as particularidades próprias do idealismo hegeliano, além de compreender os elementos principais que constituem a crítica de Marx à filosofia do direito de Hegel, e as contribuições de Lênin para formação intelectual do jovem intelectual sardo. Como outros objetivos alcançados, até mesmos imprevistos tanto no momento do impulso inicial à pesquisa quanto a atual dimensão que tomou, podemos destacar a apreensão de um período histórico caracterizado por inúmeras mudanças e construções novas na realidade concreta e por determinar, evidentemente, as sociedades posteriores.

É justamente impelido pelas preocupações com as questões universais que Gramsci vai considerar aquelas instituições da sociedade civil como os instrumentos por meios dos quais seria possível promover a elevação cultural dos indivíduos dominados, sua libertação das imposições dominantes articuladas nos aparelhos coercitivos que fazem daqueles primeiros – amiúde - um uso instrumental e mecânico; uma verdadeira emancipação que venha a abolir a contradição entre capital e

trabalho, raiz-mãe das desigualdades e desumanidades identificadas nas relações sociais, e extinguir por conseguinte o domínio de homem sobre homem. É nessa perspectiva que Gramsci vai sustentar a suma importância do papel dos intelectuais e do Partido no processo revolucionário, atribuindo a eles a função de elevar culturalmente as massas dominadas, a ponto de retirá-las do lugar de mero instrumento e recolocá-las como verdadeiros sujeitos autônomos, como indivíduos capazes de ser dirigentes porque conhecedores do processo de desenvolvimento histórico alicerçado numa perspectiva universal. Importante frisar que a função de direção e organização atribuídas por Gramsci aos intelectuais e ao Partido deve ater-se em realizar uma relação orgânica com a massa – que busque na dimensão universal a libertação de todas as massas exploradas e fadadas a simplesmente sobreviverem frente às condições precárias e degradantes da realidade estabelecida - e, portanto, não consubstanciado em uma direção separada e externa aos indivíduos carentes de mínima dignidade de vida, e tampouco dirigir o movimento revolucionário sedimentado numa noção hierarquizante de modo a restringir-se à difusão de meras diretrizes passadas mecanicamente, e jamais utilizar como logo do partido, por exemplo, projéteis bélicos que ensejam a violência, o preconceito, o ódio sobre os “diferentes”, e todas as formas de ignorância que, no fim, transformam vidas em simples corpos estendidos ao chão.

## REFERÊNCIAS

- COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- FIORI, Giuseppe. **A Vida de Antônio Gramsci**. Tradução de Sergio Lamarão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- FRESU, Gianni. **Stato etico, egemonia e opinione pubblica: Hegel e le nuove categorie della politica secondo Antonio Gramsci**. Artigo a ser publicado na Rivista di Filosofia Política da Editora Il Mulino, no ano de 2020, no prelo)
- \_\_\_\_\_. **Lênin leitor de Marx: dialética e determinismo na história do movimento operário**. 1.ed – São Paulo: Anita Garibaldi; Fundação Maurício Grabois, 2016.
- GRAMSCI, Antônio. **Alguns temas da questão meridional**. In Escritos Políticos. Vol. 4. Seara Nova, 1978.
- \_\_\_\_\_. **A Questão Meridional**. Seleção e introdução Franco de Felice, Valentino Parlado; tradução Carlos Nelson Coutinho, Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- \_\_\_\_\_. **A Revolução contra o Capital**. In Escritos Políticos Vol. I. 1914-1919, Seara Nova:1976a.
- \_\_\_\_\_. **Cadernos do cárcere, volume 2**. Edição e tradução Carlos Nelson Coutinho; co edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 2º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- \_\_\_\_\_. **Cadernos do cárcere, volume 3**. Edição e tradução Carlos Nelson Coutinho; co edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 3º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- \_\_\_\_\_. **Carta Tatiana Schucht**. In Cartas do Cárcere (Antologia). Estaleiro Editora, 2011.
- \_\_\_\_\_. **Carta a Togliatti**. In Escritos Políticos Vol. IV. 1925-1926, Seara Nova: 1978
- \_\_\_\_\_. **Gramsci a Togliatti e Terracini**. Vienna, 9 febbraio 1924. Disponível em: <[http://www.quinterna.org/archivio/carteggi/19240209\\_gramsci\\_a\\_terracini.htm](http://www.quinterna.org/archivio/carteggi/19240209_gramsci_a_terracini.htm)>. Acesso em: 01 de dezembro de 2019.
- \_\_\_\_\_. **Neutralidade activa e operante**. In Escritos Políticos Vol. I. 1914-1919. Seara Nova: 1976b.

\_\_\_\_\_. **O Programa de <Ordine Nuovo>**. In Escritos Políticos Vol. II. 1919-1920. Seara Nova: 1977.

\_\_\_\_\_. **Socialismo e Cultura**. In Escritos Políticos Vol. I. 1914-1919, Seara Nova:1976c.

HEGEL, G. W. F. **Princípios da Filosofia do Direito**. Trad. Paulo Meneses et. al. São Leopoldo: Ed. Unissinos, 2010.

MARX, Karl. **O Capital: livro I**. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

\_\_\_\_\_. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. Tradução de Rubens Enderle e Leonardo de Deus; [supervisão e notas Marcelo Backes] 2. Ed revista – São Paulo: Boitempo, 2010.

NEVES, Matheus Bruno. **Libertas**. Composição de Matheus Bruno Neves. In EP ÊRÊ, Faixa 5. 2019. Disponível em: <<https://youtu.be/-nv5nc2-ZRU?t=764>>